PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
GMF

ATA DE REUNIÃO		
CONVOCADO POR: DESEMBARGADORA EVA DO AMARAL COELHO, SUPERVISORA DO GMF/TJPA	**LOCAL:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ. EDIFÍCIO SEDE. ANEXO I, SALA 01	DATA: 07/05/2023 **HORA:** 10H
GRUPO DE TRABALHO INTERINSTITUCIONAL EM SAÚDE MENTAL PARA IMPLANTAÇÃO DA RESOLUÇÃO CNJ N° 487/2023		
PAUTA		

- Apresentação dos representantes do GTI (titulares e suplentes);
- Discussão e aprovação do plano de trabalho do GTI;
- Aprovação do cronograma de reuniões do GTI;
- Inclusão da representação da EAP (titular e suplente);
- Representantes da SEAP (titular e suplente);
- Constituição do CEIMPA.

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e quatro, às dez horas, na sala de reuniões do Anexo I, Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nesta capital, reuniram-se os membros da Portaria Nº 407/2024-GP, denominado Grupo de Trabalho Interinstitucional em Saúde Mental para implantação da Resolução CNJ n° 487/2023, conforme lista de presença em anexo.

O encontro foi presidido pelo Juiz Caio Berardo, Coordenador do Grupo De Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução e Medidas Socioeducativas do Estado do Pará -GMF/TJPA, o qual cumprimentou a todos e iniciou a reunião ressaltando a importância do tema em discussão, além de abrir a fala a todas e todos para apresentação individual e logo depois apresentou as pautas da reunião.

O Psicólogo Manoel de Christo Neto, integrante da equipe do GMF/TJPA, apresentou os objetivos gerais do plano de trabalho do Grupo de Trabalho Interinstitucional - GTI, destacando que em

agosto de 2024 foi estabelecido prazo pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para aplicação da resolução CNJ nº 487/2023, bem como o alinhamento metodológico proposto para a construção do fluxo com a rede e todas as instituições envolvidas na política.

Em seguida, Fernanda Almeida, Assistente Técnica Estadual do Programa Fazendo Justiça do Conselho Nacional de Justiça, contextualizou sobre a Resolução CNJ nº 487/2023, que estabelece a política Antimanicomial no âmbito do Poder Judiciário, informando que o processo de implementação se inicia desde a porta de entrada, e destacou a importância do comitê para pensar nos fluxos desde o primeiro contato.

Além disso, abordou a questão das prisões provisórias e a necessidade de ampliação do olhar sobre o contexto das pessoas inseridas, ressaltando a proposta de aperfeiçoamento do Plano Terapêutico Singular (PTS) articulado com a rede, visando o processo de desinstitucionalização conforme proposto na resolução. Fernanda também apresentou as estratégias do plano, propôs a criação de mais equipes conectoras para sustentar a política, indo além da Equipe da EAP.

Karla, psicóloga da Vara de Execuções Penais da Região Metropolitana de Belém (RMB), falou em nome do Juiz Titular da VEP/RMB, Deomar Barroso sobre o projeto Praçaí, trabalho desenvolvido pela unidade e sua visibilidade em âmbito nacional, bem como esteve representando o Conselho Regional de Psicologia - Pará/Amapá (10ª Região).

Aberta a palavra aos membros para discussão do Plano de Trabalho.

Alan, Coordenador da EAP, mencionou que o primeiro contato é feito na audiência de custódia, e se propôs a apresentar o formulário utilizado. A Promotora de Justiça do MPPA, Paloma Sakalem, manifestou-se sobre a necessidade de aperfeiçoamento dos formulários já existentes na EAP.

Manoel, Psicólogo do GMF/TJPA, comentou sobre a necessidade de elaboração de um alinhamento para adequação dos fluxos devido às diversas avaliações existentes. Fernanda sugeriu a inclusão do Instituto Médico Legal na discussão do grupo. Dr. Caio propôs a cada instituição, identificar as

pessoas com transtorno mental, fazer uma determinação oficial e padronizada, definindo o fluxo a ser seguido.

Dr. Caio também mencionou a falta de estrutura no interior do estado e ressaltou a importância da ampliação do projeto Praçaí e da equipe da EAP em todo estado. Michele, representante da Diretoria Biopsicossocial da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (DAB/SEAP), relatou que a maioria dos Pessoas Privadas de Liberdade (PPLs) com transtornos estão em outras unidades além do Hospital Geral Penitenciário (HGP).

Marilda Couto, representando a Associação Brasileira de Saúde Mental (ABRASME), compartilhou suas experiências no tema e sugeriu a criação de outras unidades de acolhimento, além das redes terapêuticas já existentes, alertando para a necessidade de não repetir um processo de Transinstitucionalização.

Esclareceu ainda, que seria tirar a pessoa de um lugar e colocar em outro e não garantir seu direito de garantia fundamental. E por fim, falou que teria que ser analisado não ocorrer a mudança da PPL de uma unidade e continuar em outra com um modelo manicomial.

Dr. Caio enfatizou a necessidade de um local antimanicomial para receber essas pessoas em um primeiro contato, enquanto a pessoa estiver em processo de avaliação.

Aline Carneiro, representante do Movimento da Luta Antimanicomial, apresentou diversos casos ocorridos no HGP e sugeriu ideias para melhorias no tratamento dos custodiados, uma delas a prática de realização de chamadas de vídeo com familiares, bem como a proximidade com seus animais de estimação, visando proporcionar momentos de companhia e afeto. Uma ação simples que poderá gerar muitos benefícios no decorrer do tratamento.

Aline Carneiro, questionou o andamento do projeto da SESPA em conveniar com a Clínica “voo da Liberdade” e os recursos financeiros designados pelo governo. Maria Cardoso, Coordenadora da Saúde Mental da SESPA, informou que foram construídas 07(sete) residências terapêuticas, e estão no

aguardo para liberação. E sobre mais detalhes de recursos repassados do governo somente o setor financeiro possuía competência para responder.

Dione, representante da Secretária de Saúde, sugeriu ampliar o serviço de saúde como um todo, não se limitando apenas à Rede de Atenção Psicossocial (RAPS).

Fernanda, Assistente Técnica do Programa Fazendo Justiça - CNJ, salientou ser importante ser realizada uma formação aos membros do GTI, para melhor entendimento da matéria e competência de cada órgão. Ela sugeriu ainda, a transformação do Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) em Comitê Estadual Interinstitucional de Monitoramento da Política Antimanicomial (CEIMPA), conforme previsto na Resolução nº 487 do CNJ, com a sugestão de inclusão, posteriormente, de outros órgãos/entidades. O Grupo concordou em convidar para discussões pontuais o Conselho Regional de Serviço Social - CRESS, a Secretaria Estadual de Direitos Humanos, o Instituto Médico Legal e aqueles que se mostrarem necessários para o tema.

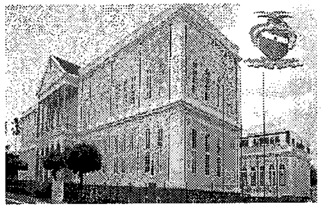
Após discussões, ficaram estabelecidas as seguintes deliberações:

ITENS DE AÇÃO	
TAREFAS A SEREM CUMPRIDAS	**RESPONSÁVEL**
1. Solicitar via Presidência do TJPA a Institucionalização e ampliação do projeto Praçaí no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA);	GMF
2. Promover uma formação/capacitação ao grupo, realizada pelo CEIMPA;	GMF, com apoio do Programa Fazendo Justiça – CNJ/PNUD
3. Elaborar, em parceria com a Escola Judicial e a ABRASME, uma capacitação sobre o tema;	GTI

4. Compartilhar os formulários de atendimento para o GMF;	EAP E SEAP
5. Verificar junto à SEAP/PA a possibilidade de realização de videoconferências no HGP entre os presos e seus familiares em sua residência;	GMF
6. Apresentar uma proposta de formação;	MP/PA, DPE/PA E TJPA/PA
7. O Praçaí trazer o projeto pedagógico atualizado;	PRACAÍ
8. Solicitar à Presidência do TJPA a transformação do GTI em CEIMPA;	GMF
9. Criar uma pasta compartilhada para concentrar as informações;	GMF
10. Incluir no site do GMF o material do CEIMPA, atas e demais materiais para divulgação;	GMF
11. Cada órgão realizar um mapeamento das pessoas nessas condições judiciais com transtorno mental e ou deficiência psicossocial em conflito com a lei no estado do Pará, em sua unidade;	TODOS
12. Disponibilizar o material do projeto Praçaí para o CEIMPA;	PRAÇAÍ
13. O GMF solicitar a criação do e-mail institucional do CEIMPA;	GMF
14. O GMF oficiar a SESPA sobre a situação da Unidade do HGP em relação à questão do "Voo da Liberdade" e as residências terapêuticas.	GMF

15. Lista das pessoas com transtorno mental em conflito com a Lei;	SEAP/PA
16. Solicitar a Escola Judicial Plano Pedagógico do curso de Política antimanicomial.	GMF

PRÓXIMA REUNIÃO		
DATA: 24.05.2024	**INÍCIO: 10H**	**LOCAL: REUNIÃO VIRTUAL**
LISTA DE PRESENÇA ANEXA		



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário- GMF

REGISTRO DE REUNIÃO

INFORMAÇÕES GERAIS	
Reunião do Comitê Gestor Interinstitucional da Política Antimanicomial - Resolução CNJ n º487/2023	
Data: 07/05/2024	Local: Anexo I, Sede TJPA

PARTICIPANTES	INSTITUIÇÃO/SETOR/CARGO	TELEFONE E E-MAIL
1. Alan dos Santos Ruis	EAP / SESPA / coordenador	98334 4678
2. FABIANO JOSÉ DINIZ LOPES JR.	DPE/PA	98149-8797
3. CARMEN SUELY P. DE OLIVEIRA	SEASTER / DAS - CPSEMC.	(91) 99378 2496 carmensuely@gmail.com
4. Paulo Sérgio Oliveira	TJPA / Corregedoria	91 98111-3818
5. Paloma Sakalem	MPPA	91 991452572
6. JOSÉ MARIA GOMES DOS SANTOS	MPPA	91 99633 7445 [illegible]@mppa.mp.br
7. Michelle Holanda	SEAP - Diretora DAB	94-9113-9762.
8. Shull R.M. Miranda	ASCMB. LEGISLATIVA	91. 98476815 1 shullmenademiranda@gmail
9. Daniela Vazquez Nascimento Barbedo Couto	ABRASME / vice presidente	91. 980819471 sitedocouto@yahoo.com.br
10. Aline Carneiro Bezerra	Movimento da Luta Antimanicomial	(91) 987133014 - bezerraline@gmail.com
11. Karla Dalmaro Sousa	VEPIRMB e CRP/10	(91) 981979222 - karla.dalmaro@tj
12. Pedro Nazareno Barbosa Júnior	[illegible]-PA	(91) 982949200 - [illegible]pedron@gmail.com
13. Juliana Sales	SESMA / NUPS / Direção	(91) 981195797 nupssesma@gmail.com
14. LÍVIA COIMBRA	GMF - TJPA	91 98384-2886 - livia.coimbra@tjpa.jus.br
15. Danielly Canto Braga Cavalcante	GMF / TJPA	91 991050913 - danielly.cavalcante@tjpa.jus
16. Maria Sidiney Cardoso Moraes	SESPA	91 991006352 - saudementalsespa@yahoo.com
17. Diane Marina Albuquerque Cunha	Coord. de Saúde Prisional / SESPA	(91) 991130304 pnaisp.sespa.para@gmail.com
18. Fernanda Almeida	PNUD/CNJ - Assist. técnica	91 - 981872232 - fernanda.almeida@cnj.jus.br
19. Manoel de Christo Alves Neto	GMF - TJPA - Analista Judiciário	(91) 99612.1058 manoel.neto@tjpa.jus.br
20.		